

O *Museu Casa de Portinari* e(m) conexões da rede: língua(gem), sociedade e as (não tão) novas tecnologias como estatuto do acontecimento discursivo

Jefferson Gustavo dos Santos Campos¹

Resumo

Neste artigo, situo as implicações de se pensar a história do presente a partir das maneiras de ver nas sociedades democráticas, pontuando a relação das (não tão) novas tecnologias sobre o modo de composição do museu digital *Casa de Portinari*. O empreendimento gestado a partir do escopo teórico-metodológico dos estudos discursivos foucaultianos delimita a noção de técnica na sua dispersão histórica e acontecimental como condição de emergência para materialização e circulação dos discursos sob modalidades enunciativas diversas, cujos efeitos sociais mais incidem sobre os modos de ler do que sobre os regimes de enunciação dos discursos sobre a arte, por exemplo. A imagem digital, em sua função enunciativa, é tratada como condição de possibilidade para discutir o estatuto da memória e suas redes de sentido na constituição dos modos de ler.

Palavras-chave: *Museu digital*. Técnica. Tecnologia. Acontecimento. Memória.

THE CASA DE PORTINARI MUSEUM AND/IN NETWORK CONNECTIONS: LANGUAGE/SEMIOSES, SOCIETY AND THE (NOT SO) NEW TECHNOLOGIES AS STATUTE OF THE DISCURSIVE EVENT

Abstract

In this article, I situate the implications of thinking about the history of the present from the ways of seeing in democratic societies, punctuating the relation of the (not so) new technologies on the way of composition of the digital museum Casa de Portinari. The enterprise developed from the theoretical-methodological scope of the Foucauldian discursive studies delimits the notion of technique in its historical and eventual dispersion, whose social effects are more on the ways of reading than on the regimes of enunciation of discourses about art, for example. The digital image, in its enunciative function, is treated as a condition of possibility to discuss the statute of memory and its networks of meaning in the constitution of ways of reading.

Keywords: Digital museum. Technique. Technology. Event. Memory.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Maringá. E-maileffersongustavocampos@gmail.com

1 UMA JANELA ABERTA NO PRESENTE

Este texto, resultante da dissertação de mestrado intitulada *A imagem em discurso digital: heterotopia dos regimes de ver e de dizer a arte no espaço virtual*, é fruto de uma das várias reflexões empreendidas no âmbito das pesquisas desenvolvidas junto ao Grupo de Estudos em Análise do Discurso da UEM (GEDUEM/CNPq – www.geduem.com.br), cujo cerne se baseia na leitura dos discursos do tempo presente envolvidas, dentre outras “balbúrdias”, na constituição dos sujeitos em suas relações com a língua e com a história. Como recorte, parto da orientação, que atravessa uma das tarefas do analista do discurso contemporâneo, de que, ao se pensar

[...] uma história das maneiras de ler [devem-se] identificar as disposições específicas que distinguem as comunidades de leitores e as tradições de leitura. O procedimento supõe o reconhecimento de diversas séries de contrastes. [...] Contrastes [...] entre normas de leitura que definem, para cada comunidade de leitores, usos do livro, modos de ler, procedimentos de interpretação. De tais determinações, que regulam as práticas, dependem as maneiras pelas quais os textos podem ser lidos, e lidos diferentemente pelos leitores que não dispõem dos mesmos utensílios intelectuais e que não entretêm uma mesma relação com o escrito.

(CHARTIER, 1991, p. 179, grifos meus).

Não é sem razão que o mestre francês alerta, logo nas primeiras páginas de uma de suas obras, que “por trás da história desordenada dos governos, das guerras e da fome, *desenham-se histórias quase imóveis ao olhar – com suave declive [...]*” (FOUCAULT, 2012², p. 03-04, grifos meus): a partir de seus estudos, em qualquer investimento baseado em sua arqueogenealogia, tratar-se-iam de práticas socioculturais e políticas, circunstanciadas pelos e

² A título de facilitação de leitura, entenda-se que Foucault (2012) corresponde à Arqueologia do Saber, cuja primeira edição data de 1969, enquanto Foucault (2010) refere-se à obra *A ordem do discurso*, originalmente publicada em 1970.

nos movimentos sinuosos da história. Inspirado nesse ensinamento, o presente artigo visa descrever e refletir sobre movimentos que escrevem e se inscrevem na “[...] determinação das condições históricas de possibilidades” (CARDOSO JR., 2005) do processo de digitalização de um museu virtual, o *Casa de Portinari*, ser significado pelos efeitos das (não tão) novas tecnologias, como ‘acontecimento’ singular que ultrapassa o nível do factual, para estabelecer relações de ordens diversas que tornam paralelas o aparecimento de descontinuidades na história das práticas de leitura do cultural e do artístico e o aparecimento de transformações regradadas e coerentes dessa história. No eixo do acontecimento, em sua irrupção descontínua, a lógica, os sentidos são produzidos e se sustentam por meio da memória discursiva que os alinhava a cadeias significantes.

Ante ao exposto, considerando o caráter reflexivo desta proposta e a partir de um empreendimento calcado na recentemente denominada área dos estudos discursivos foucaultianos, retomo noções como acontecimento discursivo e memória para tratar do tema em tela. O alerta necessário é de que, vez ou outra, valho-me de deslocamentos epistêmicos cuidadosamente observados na sua relação com a perspectiva teórica anunciada a fim de destacar a compreensão do modo de constituição de algumas práticas discursivas afetas aos campos da técnica, da tecnologia e da leitura.

2 PRIMEIRA ABA: MEMÓRIA E ACONTECIMENTO EM ANÁLISE NO JOGO DISCURSIVO DA HISTÓRIA

A noção de memória evocada neste trabalho nasce de um entrecruzamento da memória mítica, da memória dita social (alocada em práticas) e da memória construída pelo historiador. Portanto,

não diz da memória “individual”, mnemônica. Sob tal perspectiva, a memória discursiva figura como

[...] aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mas tecnicamente, os pré-construídos, elementos relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível (PÊCHEUX, 2007, p. 52).

Nesse funcionamento, a memória discursiva cria uma “regularização serial do sentido”, de modo que os implícitos viriam sempre sob a forma de remissões, repetições, paráfrases, réplicas, polêmicas, desdobramentos, colocando, no jogo dos sentidos, o primado do discurso-outro “[...] como espaço virtual de leitura” de um enunciado a ser lido (PÊCHEUX, 2008, p. 55). A legibilidade de um texto, que é da ordem da interpretação, nesse caso, é dada por essa exterioridade que emana do interior do próprio texto a ser lido, numa espécie de cadeia significante que testifica a possibilidade de os sentidos poderem derivar entre a manutenção “do mesmo” e a evocação “do novo”, entre a paráfrase e a polissemia, entre o reencontro com o “já-dito” retomado e o distanciamento entre o “já-dito” e esquecido.

Para Pêcheux (2011, p. 142), a memória singulariza-se, enquanto noção teórica, como “[...] um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de tecidos de índices legíveis, constituindo um *corpus* sócio histórico de traços”, cuja materialidade é o “interdiscurso”, isto é, a

[...] materialidade discursiva, exterior e anterior à existência de uma sequência dada, na medida em que esta materialidade intervém para constituir tal sequência. O não-dito da sequência não é, assim, reconstruído sobre a base de operações lógicas internas, ele remete aqui a um já-dito, ao dito em outro lugar [...] (PÊCHEUX, 2011, p. 145-146).

É por isso que toda língua possui uma série sinonímica para poder falar, nominar, referir,

abordar objetos que se estruturam como fatos de língua(gem) construídos por e a partir de um mesmo acontecimento. Trata-se, portanto, de pensar que essa série sinonímica constitui as condições de possibilidade de circulação dos discursos e(m) suas materialidades. Nesse sentido, diria que o efeito de verdade que circula nas práticas discursivas é responsável pela replicação das regularidades dos enunciados, é a condição de possibilidade de que se constituam as modalidades enunciativas (FOUCAULT, 2012), o que reafirma a tese de Pêcheux a respeito do efeito de série criado para os sentidos advindos do funcionamento da memória em relação a um dado acontecimento. De modo similar e em outras circunstâncias, Foucault (2010; 2012) faz referência ao regime repetível dos enunciados e ao modo como esse regime se insere na ordem do acontecimento, motivo pelo qual, em suas palavras,

é preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros (FOUCAULT, 2012, p. 31).

Ora, a descrição do acontecimento, em sua irrupção, é tratada como gesto fundador da análise aqui empreendida, uma vez que, em Análise de Discurso francesa (doravante AD), o olhar do pesquisador da língua(gem) repousa sobre os gestos de designação antes que sobre os designata, sobre os processos de montagem e as sequências discursivas antes que sobre as significações (PÊCHEUX, 2007). De igual maneira, nesse gesto, busca-se “[...] restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento [...]: faz-se, assim, com que ele surja em sua irrupção histórica” (FOUCAULT, 2012, p. 34). Irrupção que foge à simples relação de causa/efeito. Conforme bem nos explica o filósofo, essa prática de apreensão discursiva

permite de qualquer forma fazer aparecer diferentes estratos de acontecimentos, dos quais uns são visíveis, imediatamente conhecidos até pelos contemporâneos, e em seguida, debaixo desses acontecimentos que são de qualquer forma a espuma da história, há outros acontecimentos invisíveis, imperceptíveis para os contemporâneos, e que são de um tipo completamente diferente (FOUCAULT, 2005, p. 291).

Sendo assim, afasta-se da ideia de uma análise causal de um único acontecimento, para dedicar-se à apreensão da multiplicidade dos acontecimentos no elo positivo (e não positivista!) que os sistematizam. Mais precisamente, a análise a que me proponho, neste trabalho, não focaliza, apenas, um acontecimento recortado pela historiografia (o desenvolvimento da prensa, a criação da *web* 2.0, as redes e mídias sociais, etc.), mas visa lançar luz sobre diferentes pontos na história, que constituem os estratos históricos nos quais o museu digital e sua “alocação” no espaço virtual se situam.

Essa perspectiva advinda da AD coloca, em questão, dois processos ou mecanismos que permitem a inscrição do acontecimento em uma rede de memória: “o acontecimento que escapa à inscrição, que não chega a se inscrever;” e “o acontecimento que é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido” (PÊCHEUX, 2007, p. 50). Essas formas de compreensão de inscrição/reaparecimento dos enunciados na memória institui um regime de apreensão do acontecimento nos fios dos sentidos possíveis atinentes à existência e eficácia da memória discursiva (FOUCAULT, 2012) entende este mesmo processo como da ordem das condições de possibilidade e de existência dos enunciados). Por uma via, trata-se de “um jogo de força que visa manter uma regulação pré-existente com os implícitos que [a memória] veicula, [...] estabilização parafrástica negociando a integração do acontecimento, até absorvê-lo e eventualmente dissolvê-lo”. Por outra, diz, “[...] ao contrário, [d] o jogo de força de uma ‘desregulação’ que vem

perturbar a rede dos implícitos” (PÊCHEUX, 2007, p. 53).

O acontecimento, portanto, é da ordem da descontinuidade, embora esteja aberto à repetição, à transformação, à reativação, ao retorno de sua estrutura significativa (FOUCAULT, 2012). Por isso, é bastante produtiva a formulação de que sua irrupção está indefesa tanto a uma regularização do sentido (quando do reaparecimento de um enunciado – acontecimento – em suas paráfrases, remissões, etc.), quanto à desregularização dos sentidos (quando do deslizamento ou perda dos implícitos dos já-ditos em outro lugar e que não conseguem ‘colar’ nos procedimentos parafrásticos em função das condições de reaparecimento do enunciado). Assim compreendido, proponho uma visada histórica em busca de ‘revigorar’ o caráter de acontecimento discursivo de alguns fatos importantes à compreensão do processo de digitalização do *Museu Casa de Portinari*. Não que, com isso, busque evocar um nascimento mítico da discursividade sobre a qual me dedico nesta pesquisa. Muito menos, porque tenha sucumbido à tentação de narrar uma história da(s) (novas) tecnologia(s) – razão pela qual muitos trabalhos em Análise do discurso de orientação francesa sejam criticados ou vistos como distantes da prática analítica ‘esperada’ no campo da Ciência Linguística, qual seja, por se aterem aos fundamentos da História ou de uma espécie de Sociologia da Linguagem. Parafraseando Machado (2006), estudioso brasileiro de Michel Foucault, ao caracterizar o papel de *O nascimento da clínica* no desenvolvimento da análise arqueológica, na tentativa de caracterizar o momento fundamental da e na história da tecnologia, de sua prática – hoje baseada no pilar da ‘inovação’ – a questão aqui é: como circunstanciar as mutações aí implicadas? A posição que assumo nesta análise parte do fato de que, independente de um ‘passado histórico’

[...] a mutação existe, mas além de se situar em outro nível, é muito mais radical. [...] Não foi nossa época que ensinou a ver e a dizer [a arte]. O que muda é que ela diz de outro modo e vê um outro mundo; o que muda é a relação entre aquilo de que se fala e aquele que fala; o que muda é a própria noção de conhecimento (MACHADO, 2006, p. 88).

Diante disso, importa destacar que, no gesto analítico de um estudioso foucaultiano do discurso, perscrutar a memória na tensão da formulação de uma cadeia significativa em que se irrompe um acontecimento é primordial para a compreensão do funcionamento discursivo dos diferentes “elementos significantes” de uma “materialidade discursiva” (LAGAZZI, 2009).

2.1 ACESSO AO HIPERLINK DA TÉCNICA EM SEU CARÁTER ACONECIMENTAL

Inicialmente, vale pontuar que, desde as sociedades mais rudimentares, até as ditas pós-industriais, pós-modernas, hipermodernas, supermodernas ou, como interessa à reflexão em voga, as sociedades contemporâneas³, o fenômeno tecnológico ocupou, de modo paradoxal, um lugar capital na vida social. Herdeira do termo grego “*tekhnè*”, a técnica irrompe sob o estatuto de sua tradução mais convencional de “arte”. É a partir desta mesma época que a noção de técnica como “arte” se confunde com o surgimento do homem, pois seu sentido “[...] compreende as atividades práticas, desde a elaboração de leis e a habilidade para contar e medir, passando pela arte do artesão, do médico ou da confecção do pão, até as artes plásticas ou belas artes [...]” (LEMOS, 2008, p. 26).

³ Diante de uma demanda teórica que escapa aos limites e objetivos a que esse trabalho se propõe, opto pela denominação sociedade contemporânea fixando sua “significação” no quadro social que data das duas últimas décadas do século XX até os dias de hoje. Em específico, busco demarcar as diferentes formas de organização social que, desde o século XXI apresentam-se num movimento de crescimento e se auto intitulam “sociedades democráticas”, cujo modelo social implica uma supressão das “atenções desiguais” (HAROCHE, 2008) sobre e da população.

Após Platão e Aristóteles, a noção de técnica será reconfigurada pela relação que manterá com as narrativas míticas, pois, se antes, a “*tekhnè*” revelava uma espécie de teleologia do fazer humano, situando esse fazer como um “devir” inescapável ao homem, após os referidos filósofos, ela situa o homem como “o ser da técnica”, esta, “um instrumento de transgressão do espaço sagrado imposto pelos deuses” (LEMOS, 2008, p. 28).

Perseguir o campo semântico da noção de técnica e estabelecê-la como prática, como atividade é admiti-la como da ordem da *práxis*, procedimento que permite compreender os movimentos de ordem histórica e social que a ligaram à produção do conhecimento pela *experiência*, não a prática pela prática, traduzida exclusivamente como a ‘experimentação’, mas a experiência como noção desencadeante de práticas pelas quais o homem se torna sujeito de conhecimento ao se tornar parte desse conhecimento. Vale ressaltar que Michel Foucault dedicou grande parte de sua produção intelectual à compreensão de diferentes processos de ordem prática e dispersos temporal, cultural e geograficamente entre si para sublinhar a forma como o homem, no interior de práticas discursivas, produz saberes sobre si, desaloja e faz funcionar tecnologias de poder que otimizam a vida dos indivíduos sob a batuta precisa de dispositivos de saber-poder. O saber tecnológico aqui arrolado não escapa às tecnologias de poder, pois, na rede intrincada de diferentes campos de utilização (FOUCAULT, 2012), permitiu e permite que no interior de práticas discursivas, o homem seja produzido como sujeito.

Uma vez relacionada com a prática de produção da vida humana desde os primórdios da civilização,

podemos dizer que a técnica pré-histórica é produto de uma experiência empírica do mundo, de necessidade de explicações científicas (as primeiras ferramentas, instrumentos e máquinas). A técnica é o fazer

transformador humano que prepara a natureza à formação da espécie e da cultura humana. Ela é uma provocação da natureza gerando um processo de naturalização dos objetos técnicos na construção de uma segunda natureza povoada de matéria orgânica, de matéria inorgânica e de matéria inorgânica organizada (os objetos técnicos).

A técnica moderna, ou *o que chamamos hoje de tecnologia*, é o produto da radicalização dessa segunda natureza, da naturalização dos objetos técnicos e da sua fusão com a ciência. Não sabemos mais onde começam e onde terminam a ciência e a técnica. Estamos aqui no coração da modernidade. Aqui, a natureza, e a vida social serão requisitadas como objetos de intervenções tecnocientíficas (LEMOS, 2008, p. 37, grifos meus).

Longe de elucubrações meramente filosóficas, testifica-se um comprometimento da técnica como produtora de realidade, como o *módus operandi* do homem na transformação do natural em real⁴. Esta referência será primordial para empreender uma análise da ordem dos discursos na qual se entrecruzam e se confundem o estatuto da verdade científica de que são investidas as novas tecnologias e os estratos históricos nos quais se alojaram “acontecimentos atmosféricos” (FOUCAULT, 2005) que singularizam as práticas de leitura (do artístico).

Pois bem, nisso que esboça uma espécie de micro história da tecnologia, interessam-me as rupturas e discontinuidades de certas práticas e saberes que legitimam a constituição dos procedimentos que dela derivam. Ao mapear, na ‘história global’ (FOUCAULT, 2012), os principais acontecimentos que unem os diferentes pontos da história da tecnologia, Lemos (2008) identifica, inicialmente, a criação da técnica sob duas condições: a da força mítica e da necessidade de imitação da natureza. Na mesma direção dessas duas razões, as primeiras organizações sociais clássicas formularam outros modos de vida que buscavam

⁴ Embora a noção de real, realidade e simbólico sejam imprescindíveis ao campo teórico dos estudos discursivos foucaultianos, sugiro que, momentaneamente, não entremos no mérito dessa questão.

profanar a ordem divina imposta, a fim de que o homem fosse alçado ao patamar de ‘inventor’ e não somente de imitador das divindades – encarnadas na natureza. Esse cenário profano fora produtivo para a exacerbação do sentido ‘inovador’ para a existência humana, uma espécie de ‘universo mágico’ que não pôde ser desfeito, razão para que “a contradição e o paradoxo entre sagrado/profano est[e]jam na origem do fenômeno técnico e [assim permaneçam] até os dias de hoje” (LEMOS, 2008, p. 40).

As sociedades helênicas foram as primeiras a imprimir um caráter ‘lógico’ à técnica, o que logo trouxe a preocupação de compreensão da natureza e de ação sobre ela para o campo da filosofia que, naquele momento, era o espaço privilegiado para a veiculação das noções de verdade e de conhecimento. Esse ‘avanço’ que contornou o campo da filosofia e aproximou-se da ciência foi apropriado e expandido pelo império romano, o qual implementou técnicas no campo social das quais derivaram o direito e a administração urbana. Esse empreendimento foi um dos pontos primeiros, diria, uma das superfícies primeiras de irrupção na história, marcadas pela ‘inovação’ nas práticas de organização e administração social, ainda que não tenha ultrapassado o caráter de “[...] atividade profana ligada ao medo da transgressão da ordem divina” (LEMOS, 2008, p. 43).

Em contrapartida, o estudioso relembra que a Idade Média (dos meados do século XII até o século XIV) intensificou o afastamento da técnica como atividade profana. Isso porque o misticismo (que não afasta, inclusive, o cristianismo) difunde-se de forma generalizada – sobretudo em função das Cruzadas – na expansão dos impérios emergentes no Oriente e exige, como nunca antes havia sido, uma forte reflexão sobre “o modo” do homem subsistir diante das demandas de relação do homem com a natureza e do homem com os seus iguais (e diferentes, se consideramos as guerras como

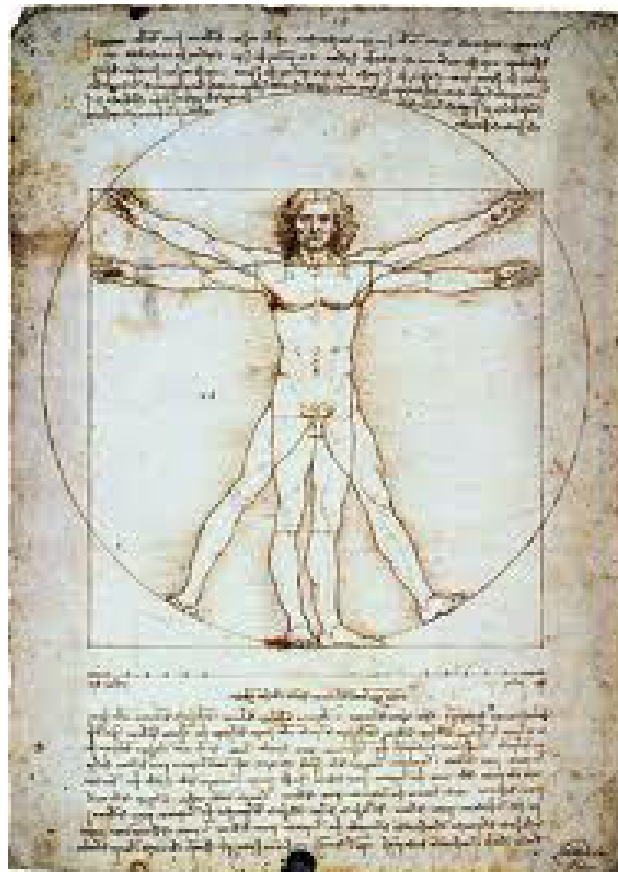
uma luta pelo apagamento da diferença, por meio do exercício do poder sobre o outro). A intensa atividade de expansão territorial e a descoberta de intempéries no que se refere às duas formas de relação mencionadas anteriormente exigiram a criação e o aprimoramento de máquinas e técnicas que pudessem ser utilizadas como apoio seja na guerra, seja no cultivo e trato da terra, seja na captação e distribuição de água e no uso da energia por ela gerada. A técnica, no medievo, contempla aquilo que para a história dos grandes fatos foi o primeiro estágio de maturação da tecnologia contemporânea, pois engendra a preocupação de seu funcionamento, enquanto estrutura sistematizada.

Pelas lentes de Foucault, compreendo que se trata, por outro lado, de uma descontinuidade de nível prático e material, cujas regras de funcionamento estão engendradas num elemento formal de coerção das práticas sociais e discursivas, uma tecnologia da governamentalidade. Nesse campo de procedimentos, a necessidade de atuar sobre a natureza deixa de ser uma observação do código de conduta das divindades para se tornar uma ação sobre a natureza com o intuito de firmar a condição ontológica do homem de se estabelecer como tal no espaço em que vive, é o mesmo que dizer, exercer uma atividade técnica produz uma zona proximal entre a atividade logicamente formulada em razão de uma demanda quantitativamente determinada, a constituição da posição de quem fala (FOUCAULT, 2012) a ser assumida numa ordem discursiva dada como condição mesma para a constituição do efeito de verdade desse dizer/fazer (FOUCAULT, 2010).

No Renascimento, o tecnicismo entra na ordem do dia como uma resposta do homem a Deus, um redimensionamento do mundo que deixa a órbita divina para situar-se no entorno do homem. Essa nova localização do homem no mapa do conhecimento, redimensiona a

forma de compreensão do mundo e de produção de conhecimento. No horizonte desse novo ‘encaminhamento’ tecnológico, as práticas de visualização do homem tornam-se cada vez mais ‘reais’ e cada vez mais recorrentes:

Figura 1 - O homem vitruviano.



Disponível em: <https://picasaweb.google.com/lb/photo/063jHXXuFucKlaV3G3n0HA>. Acesso em: 13 nov. 2013.

O *homem vitruviano*, Figura 1, é o emblema desse período. “A razão passa a ocupar o lugar de centro do universo e, a técnica, a encarnar o meio legítimo e ideal para a máxima cartesiana de ‘conquistar e dominar a natureza’” (LEMOS, 2008, p. 45): esquadrihar o desconhecido para conhecê-lo, decompô-lo e recompô-lo sob bases lógicas, mensuráveis e passíveis de conferência. Qualquer semelhança entre esse ideal e a noção de ciência que hoje habita a academia e o saber comum não é mera coincidência! Como se nota, não apenas o corpo, mas o centro das preocupações humanas deixam de ser o “remedo dos deuses”, pois interessa ao

homem menos explicar a ordem divina que atingir a insensibilidade das coisas sob uma razão científica.

No encalço dessas rupturas, a Revolução Industrial (meados do século XVIII) dá maior visibilidade à relação já anunciada entre técnica e ciência, criando experiências concretas desse amálgama, cujos produtos mais exemplares nasceram da tríade metal, máquina e carvão. Ciência e técnica não se distinguem através da observação, experiência anárquica e de imaginação, o que gera uma ancoragem crucial na história da tecnologia: a possibilidade da sistematização e automatização das técnicas interligadas ou elas mesmas as condições inevitáveis do progresso. Disso, resulta a constituição de novas formas de trabalho, de produção de conhecimento e de organização social, o que evidenciou a relação do desenvolvimento da técnica com a cultura e de ambas com a história, bem como preparou o terreno para a consolidação de uma terceira ruptura na história da tecnologia.

Nesse segmento, o ideal progressista pós-industrial consolida-se como mola propulsora do desenvolvimento da “tecnocultura” (LEMOS, 2008). Nesse período, que remonta à segunda metade do século XIX, irrompeu a relação íntima agora estabelecida entre ciência e técnica, sobretudo, porque o estudo de diferentes técnicas, ou seja, o desenvolvimento técnico/tecnológico tornou-se a base do desenvolvimento sociocultural, fazendo migrar o centro das atenções do homem para a máquina, grande protagonista desse momento histórico (LEMOS, 2008). Duas consequências para a compreensão da dita era contemporânea⁵ resultam dessas transformações nos campos dos saberes que regem a tecnologia e a cultura. A primeira, de ordem sociocultural, diz da institucionalização das diferentes esferas humanas (ciência, moral, religião, arte...) e da manutenção de um ‘discurso verdadeiro’, cuja lógica é

⁵ Termo que, diferente da pós-modernidade, produz sentidos menos nebulosos e de maior alcance no que compete ao tratamento da temática dessa pesquisa.

ulterior a essas ‘instituições emergentes’, lhes assegurando a individuação no seio social, trata-se, portanto, do delineamento do verdadeiro da época (FOUCAULT, 2012). A segunda, de ordem socioeconômica, estratificou as relações humanas tornando-as ainda mais dissimétricas à medida em que a detenção da técnica distingue quem tem ou não direito ao poder, diga-se de passagem, um poder-saber [sobre] algo, em outras palavras: quem está na ordem dos discursos (FOUCAULT, 2010).

Essa assimetria chega ao seu mais alto alcance quando se instaura uma espécie de interdependência entre ciência e técnica que apura a diferença entre as atividades humanas. O período contemporâneo é invadido por um ‘amor à técnica’, que, para todos os domínios da vida social, busca o método mais eficiente para que se consolide. Sem escapatória, a economia, a cultura e a vida cotidiana tornam-se reféns de uma tecnologia para que se efetivem e sejam legitimadas. Razão de a sociedade ser mapeada com a finalidade de permitir o consumo dos bens produzidos pelas tecnologias, sem que haja prejuízo de alcance por quem quer que seja ou onde esteja o sujeito que produz e consome: eis o nascimento da sociedade em rede (LEMOS, 2008).

Como, nesse trabalho, a linearidade dos grandes acontecimentos históricos importam menos do que a dispersão de acontecimentos atmosféricos que se inscrevem em diferentes estratos históricos, vale destacar três rupturas nas maneiras de ver e de dizer a tecnologia, importantes na descrição realizada até agora. Já que “o que individualiza um acontecimento discursivo não é seu regime material, que indica apenas um fenômeno de nível genérico de repetição, mas “o fato de que ele acontece em um determinado momento” (CARDOSO JR., 2005, p. 108). A primeira, mas, não necessariamente, a gênese da técnica, caracterizou-se pela indistinção entre os diferentes campos de ação da vida humana em detrimento de uma filosofia geral de explicação da

natureza e do homem. Quer isto dizer que a técnica não possuía nenhum privilégio na ‘produção’ da vida social, porque arte, religião e ciência assemelhavam-se por serem desenvolvidas como atividades, técnicas de imitação da ordem sagrada imposta pelos deuses. A técnica, portanto, era vista sob o ‘olhar de indiferença’.

A segunda ruptura atingiu diretamente a natureza, fazendo ruir seu caráter sagrado através da instituição da ciência experimental como a ‘portadora da verdade’. Experimentar o resultado das tecnologias que permitem administrar o tempo e o espaço (principalmente o da cidade) caracterizou o período moderno pelo ideal progressista de desenvolvimento, este, resultado da atividade do homem sobre a natureza. O olhar lançado sobre a técnica reivindicava os sentidos de ‘conforto’.

Por fim, a ruptura mais atual – e a que mais me interessa – toca diretamente nas formas de percepção humana, pois, para além de reivindicar o ideal de progresso, isto é, o olhar para o devir, essa ruptura permite um retorno, não ao passado, mas ao presente, requerendo do homem a contraditória necessidade de escapar dos limites espaço-temporais (uma vez que, pelo aprimoramento alcançado pela técnica, a natureza já fora dominada), no intuito de vivenciar a onipresença, a experiência mística da existência, o ‘olhar ubíquo’. Essa demanda se concretizou e segue sendo por intermédio do advento da comunicação e informação digital, da virtualização da vida e experiências humanas (LEMOS, 2008), acentuando o caráter contraditório da tecnologia na (re)formulação das relações humanas. Sobre isso, Lévy (2011) destaca, por exemplo, que, na mesma proporção em que os computadores, durante os anos 1980, aumentaram a capacidade de ação e comunicação dos indivíduos, durante o século XIX, o desenvolvimento e aprimoramento da máquina a vapor escravizou operários das indústrias têxteis. Em ambos os casos, a tecnologia

é o ponto nodal da produção do fazer humano, embora, por um lado, seja esse ‘receptáculo’ do progresso e, por outro, a razão para que, no interior das práticas que mobiliza, seja produzida a diferença que ‘empaca’ o desenvolvimento social almejado ou sorrateiramente invisibilizado pela inovação tecnológica.

Para ilustrar essas rupturas na ordem dos estratos históricos em que figuram como acontecimentos, apresento o Figura 2:

Figura 2: Síntese das rupturas das formas de olhar a técnica.

Na representação, na Figura 2, do centro para o exterior, o *olhar de indiferença* assim é denominado, pois estreita a relação da noção de técnica com a de imitação. Não se trata, nesta ordem, de pensar a tecnologia como uma ‘inovação’ no agir humano; também não diz respeito a um agir que produz conhecimento ou, como mais me interessa, como uma prática produtora de saber. O elemento essencial da técnica, nesse modo de olhar, é a indistinção entre o que se faz no ambiente terreno e o que se vislumbra na esfera do mundo do sagrado. A experiência produzida pela técnica, portanto, não é da ordem do progresso, não é “uma realidade em si”, pois evoca a coerência daquilo que, em sua visibilidade, aparenta, simboliza ou remete a essência divina. Não é ultrapassado o nível da visibilidade do que se faz, se diz ou se vê. No que concerne às práticas discursivas fundadas sob esse olhar de indiferença, pode-se compará-las ao tipo produzido ao que Michel Foucault analisou em *O Nascimento da Clínica*, ao tratar da medicina clássica.

O olhar de superfície de que ele trata busca, apenas, produzir um conhecimento (um saber, como o filósofo chama) sobre a doença sem que esta seja ‘lida’ sob o seu depositório, no caso, o corpo doente. Não há a produção de um sujeito doente, mas a taxonomia de tipos de doença cuja

existência depende desse olhar explorador do médico. De modo semelhante, o olhar do ‘técnico’, nesse primeiro recorte da história da técnica, é sensível não à profundidade e implicação do uso da técnica na produção do sujeito humano, mas a mobilização de diferentes formas de se ‘imitar’ aos deuses em sua existência perfeita. Trata-se, antes, de reconhecer a melhor maneira de se imitar ao sagrado em detrimento de se realçar as mudanças causadas pelo uso de uma técnica nas relações humanas: uma essencialização da técnica em detrimento daquele que a utiliza.

O *olhar de conforto* situa a técnica num campo de visão mais preciso. Não que, com isso, a técnica torne-se a “ordem do dia” durante o medievo, mas, no que competia à arte de administrar a cidade e ‘fazer’ ciência, a técnica elabora-se como um construto pedagógico sobre o qual a vida é produzida. Uma tecnologia normalizadora, em termos foucaultianos. Assim sendo, a organização social, o trabalho e a ciência não são, em específico, um produto da técnica. Semelhantemente ao que verificou Foucault (1977, IX), em sua análise sobre o surgimento da clínica e as rupturas na história do saber médico, a técnica não foi “[...] em si mesma uma experiência, mas o resultado, para o uso dos outros, de uma experiência anterior”. Portanto, o olhar de conforto sob o qual esteve exposta a técnica nesse momento da história pontua uma forma paradoxal de atestar a veracidade da experiência do homem no remedo de Deus, ainda que o ideal da época buscasse justamente o contrário. Esse funcionamento das práticas discursivas não seria impossível, na medida em que a contradição é estruturante, porque organiza o discurso sob uma lei de coerência na qual ela figura como o elemento acidental de que deve se esquivar a análise arqueológica (FOUCAULT, 2012). Nessa ordem, o efeito de conforto produzido por essa forma de olhar a técnica deve-se, então e, como disse, paradoxalmente, do mínimo distanciamento

entre o uso da técnica na sua forma helênica, embora elimine, na sua forma visível e nas linhas de força de sua atuação, essa relação de semelhança sob o modelo de uma forma inovadora de produzir e atestar a novidade, seja na forma de governo e organização do funcionamento da vida social, seja na produção do conhecimento.

De modo peculiar e diferente, o *olhar ubíquo*, que se verifica nas formas de produzir e analisar os efeitos da técnica do pós-industrial até os dias atuais, conduz a um efeito de espacialização da técnica na forma de gerenciamento da vida – falo, portanto, de um modo de exercício da governamentalidade. Se nas duas formas de olhar anteriores, pôde-se confrontar um mínimo distanciamento da produção e gerenciamento da vida sob o ponto de vista do uso de técnicas – sem que, diante disso, essas formas de olhar tenham deixado de ser rupturas ou produções histórias heterogêneas nas maneiras de ver e sentir nas sociedades em que foram verificadas – a ubiquidade do olhar contemporâneo situa a percepção (do tempo e do espaço) como centralidade do uso da técnica como forma de otimização e experimentação da vida. Aqui, não mais a partir clínica, e sim da técnica, “[...] o olhar que observa produz conhecimento: não tem mais a função de ilustrar a teoria ou a ela se adequar; ao mesmo tempo em que observa, pesquisa” (MACHADO, 2006, p. 94). Essa pesquisa, que se adequou ao olhar ubíquo pelo qual foi possível estabelecer-se a prática da medicina moderna, corresponde ao que, pela técnica, ocasionará a ‘experiência da vida’, na contemporaneidade. No que compete aos modos de ver, dizer e sentir, a técnica, sob as lentes do olhar ubíquo, produz saberes legitimados. Isso porque tais saberes são formulados no interior de práticas discursivas institucionalizadas pelo verdadeiro da época: conglomerados empresariais, produtoras de tecnologia regem a necessidade humana que, atualmente, é experimentada no seu mais alto

grau de potência, quando (inter)mediada pelas tecnologias emergentes. Trata-se de ver a verdade da experiência da vida encrustada na tecnologia.

Dessa forma, trata-se da instituição de modos de ver que mudaram os rumos das práticas sociais. Não que tenham sido cisões precisas que, abruptamente, alteraram os estatutos vigentes em cada período histórico. Ao recortá-las, como tópicos sintéticos de uma história acontecimental, essas rupturas demarcam deslocamentos nas formas de olhar a atividade humana; demarcam a aparição de uma vontade de saber que prescreveu mudanças nas atividades humanas, que alterou o estatuto do conhecimento experimental, que instituiu escalonamentos no nível técnico de que foi investido e que fundou uma nova vontade de verdade (FOUCAULT, 2010), cujo centro radial é a tecnologia. Investida por essa vontade de verdade, a tecnologia espalhou-se, como apontado, em todos os níveis da vida humana como forma de legitimar os discursos produzidos em cada uma dessas esferas onde a vida se perpetua. Não só porque o campo tecnológico se tornou o cerne desse ‘discurso verdadeiro’ da contemporaneidade, mas porque “mesmo supondo que realmente existam três entidades – técnica, cultura e sociedade – em vez de enfatizar o impacto das tecnologias, poderíamos igualmente pensar que as tecnologias são produtos de uma sociedade e de uma cultura” (LÉVY, 2011, p. 22). O ‘discurso verdadeiro’, institucionalizado, é reforçado e reconduzido à sociedade, perpetuando sua força e funcionamento. Dito isso, não poderia deixar de lembrar as palavras de Foucault (2010, p. 49), quando assevera que

o discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar à interioridade silenciosa da consciência de si.

As palavras do filósofo francês possibilitam compreender que é justamente dessa forma que a tecnologia, enquanto condição de possibilidade do ‘discurso verdadeiro’, engloba o olhar ubíquo e sustenta determinadas práticas sociais como condutas a que o homem deve aderir para se tornar sujeito da/na verdade, para que sua atividade, no fazer humano cotidiano, esteja e seja da ordem do progresso.

Como apontado, o período atual atende às demandas dessa vontade de verdade, marcada pela centralidade da tecnologia como acontecimento na ordem dos discursos, como o ideal de progresso e de experiência do espaço e do tempo. A experiência da vida humana em sua relação tácita com o espaço já fora resolvida pela entrada da técnica como elemento indissociável da ciência, espaço legitimado e legitimador da verdade sobre ‘as coisas do/no mundo’. Viver uma vida consequente é experimentar a técnica em sua criação diária da realidade do presente, na sua mais completa expressão. Eis o porquê de os limites espaço-temporais ruírem diante da tecnologia, como forma de reatar a relação do homem com o universo sagrado (LEMOS, 2008). No entanto, ao movimentar as contribuições de Michel Foucault para constituirmos uma metodologia de análise do discurso, na busca de compreender seus jogos e efeitos, é importante ter em mente que se faz necessário “[...] questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 2010, p. 51). Proponho, por isso, as reflexões que se seguem.

Inicialmente, e talvez por um “excesso de otimismo” (SCHAFF, 2001), a tecnologia foi (e prossegue) considerada, por muito tempo, como “portadora de progresso”⁶. Esse otimismo resulta do fato de

⁶ A afirmação é o ponto nodal da discussão de Gallo (2011) a respeito do enunciado “Ciência & Tecnologia”, em sua forma material “C&T”, na constituição do efeito de sentido de

a historiografia dos acontecimentos ceder lugar à História triunfante, a grande marcha real do Progresso, desenvolvimento rumo ao Espírito absoluto, graças aos quais a humanidade realizaria a sua reconciliação consigo mesma. Os roteiros podem variar um pouco, o objetivo continua o mesmo – evoluir do mais bárbaro dos obscurantismos para a mais civilizada das realizações (MAFFESOLI, 2003, p. 41).

Ao propor uma visada para essa questão, neste trabalho, a tecnologia tende a ser vista sob olhares atentos aos movimentos e rupturas desencadeados nela e por ela, sobretudo, porque, ao que concerne à história das práticas de leitura, pode-se observar rumos peculiares dessa ideia de “otimismo”. A opção pelas práticas de leitura em detrimento do(s) objeto(s) de leitura não é, sem dúvida, feita ao acaso. Tasso (2013, p. 44) sublinha o fato de o olhar reflexivo lançado sobre as práticas discursivas procurar “ultrapassar encadeamentos ajustados à medida de sucessões aparentes, à procura dos dispositivos que regem a descontinuidade característica da contemporaneidade”. Por esse encaminhamento metodológico, ao tratar de um objeto de leitura, um foco de observação equivocado recairia sobre unidades pré-definidas que levaria esse estudo a uma história do livro e de suas mutações. Numa direção semelhante, porém ajustada ao campo teórico em que se consolida, esse fora o trabalho desenvolvido pelo historiador Roger Chartier. Isso em nada colabora para compreender as questões a que este trabalho se propôs responder, pois incorreria no erro seja de buscar um ponto fundante na história geral do livro e do escrito, qual seja, a de (re)contar uma história das maneiras de ler a arte. Em contrapartida, “as noções fundamentais que se impõem agora [...] são as do acontecimento e da série, com o jogo de noções que lhes são ligadas; regularidade, causalidade, descontinuidade, dependência, transformação

ciência. Sua análise visa “desestabilizar” esse efeito na mesma medida em que propõe a sigla “C&C” – Ciência & Cultura –, para “ênfatar” a posição ocupada pelos sujeitos na constituição da ciência no interior de práticas eminentemente culturais.

[...]” (FOUCAULT, 2010, p. 56-57). Se assim o é, ao colocar em suspenso essa mesma história e sua pretensa ‘unidade’ e buscar os traços de uma história serial das práticas de leitura, o movimento arqueogenealógico faz emergir diferentes extratos históricos cujos acontecimentos de que derivam se multiplicam no jogo entre rupturas e descontinuidades e permitem ver a ‘mutação do discurso’ da/sobre a tecnologia quando esta se produziu. A beleza desse fenômeno discursivo é que ao flagrar essa mutação, pode-se apreender o discurso produzindo o objeto de que ele fala, cujo corolário desse acontecimento é a constituição do tecido da realidade, aqui compreendida como a produção de sentidos do e para o mundo, aquela velha cantilena dos estudos dos discursos que não permite esquecer que o homem é um ser social, por isso, um ser de linguagem, por conseguinte, um ser fadado à interpretação – “[...] porque as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar” (FOUCAULT, 2000, p. 47).

Uma história das novas tecnologias de leitura não pode se desvencilhar, entretanto, de uma ordem dos discursos da cultura impressa. Essa ordem se estabeleceu enquanto efeito de regularidade produzido por três inovações: (i) entre os séculos II e IV, a substituição dos rolos de leitura pelo códex; (ii) o aparecimento do “livro unitário”, uma espécie de coletânea de textos escrita por um único autor em língua vulgar, no fim da Idade Média e; (iii) no século XV, a invenção da imprensa, que permitiu a difusão do texto escrito (CHARTIER, 2009). Essa ordem do discurso sofre coerções diretas desses três acontecimentos, à medida que eles modificam a relação entre os objetos de leitura, a categoria dos textos e os modos de ler sob a égide de “processamentos técnicos” geridos por uma “inovação tecnológica”.

A técnica marcou a primeira grande transformação nas práticas de leitura, se considerada a diminuição do tempo e o paralelo

crescimento da quantidade de produção do livro (CAVALLO; CHARTIER, 1998). Esse mesmo impacto será visto na transmissão eletrônica dos textos, que, para além de uma mera utopia do desejável, promove duas grandes operações sobre a materialidade da obra (no caso da discussão dos historiadores, a unidade do 'livro'): "não somente o leitor pode submeter os textos a múltiplas operações, [...] como pode, [...] separado de suas materialidades e de suas localizações antigas, o texto em sua representação eletrônica, [...] teoricamente atingir qualquer leitor em qualquer espaço" (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 31-32). Eis um acontecimento de consequências indeléveis às práticas de leitura: não só a (re)produção, mas a desterritorialização do texto e do leitor através do uso e do avanço tecnológico. Disso, por sua vez, resulta uma transmutação da materialidade do texto, tornando-o fluido, sobretudo, em razão do espaço e do suporte no qual passa a circular.

Ora, se "o acontecimento exprime as transmutações que fazem do corpo uma matéria fluida" (CARDOSO JR., 2005, p. 114), isso explica, ao menos momentaneamente, a razão de os procedimentos técnicos, pelos quais passam o objeto artístico, serem da ordem do acontecimento: eles instituem não apenas a atualidade da matéria do artístico, mas, igualmente, as transmutações que lhe conferem o caráter fluido, comum ao campo de utilização da materialidade repetível na qual se concretiza o átomo das práticas discursivas da ordem do artístico, o que justifica problematizar as coerções sofridas pelo suporte material do artístico ante ao surgimento e aprimoramento da tecnologia, já que

a tecnologia favorece um real reencantamento do mundo. Para enfatizar, podemos falar de (re) nascimento de um 'mundo imaginal', ou seja, de uma maneira de ser e de pensar perpassadas pela imagem, pelo imaginário, pelo simbólico, pelo imaterial. A imagem como 'mesocosmo', isto é, como meio, vetor, elemento primordial do vínculo social (MAFFESOLI, 2003, p. 47).

Como já disse, o espraiamento da tecnologia nas diferentes esferas do fazer humano não poderia deixar de catalisar as práticas de leitura e, ao que interessa a esse trabalho, às práticas de leitura do artístico, pois tornou-se um conceito gestor no desenvolvimento da sociedade (DIAS, 2011). Nesse movimento, algumas questões são colocadas no que diz respeito não aos impactos – pois não se trata de um 'projétil' lançado em direção ao um alvo (LÉVY, 2011) – mas a forma como a tecnologia e seu funcionamento determinam as relações entre os sujeitos, a linguagem e o processo de produção de sentidos, especialmente no que tange ao processo de digitalização do museu *Casa de Portinari*. Ao pensar os efeitos da digitalização sobre o modo de produção de sentidos da instituição museológica, problematizo o processo de reinserção dos enunciados-produções artísticas, agora, na ordem do digital. Pois, se num dado momento da história, a arte suprimia a relação dos sujeitos com os processos de subjetivação a que o acesso a ela se circunscreviam, a partir de sua digitalização sob a alcunha da ampliação do acesso aos espólios culturais de um país, a técnica permite, sob o efeito de ubiquidade produzido nos modos de ver na contemporaneidade, implicam em sua relação com a memória. A tese que sustento é a de que, o efeito social, no nível da visibilidade, é o do acesso cultural pelas condições de possibilidade de uma vida dos sujeitos conectada à rede. Já no nível da invisibilidade, entendo que a técnica institui um efeito da memória sobre o acontecimento (da rematerialização) de modo que este é absorvido pela rede interdiscursiva que o antecedeu, isto é, trata-se do efeito de desvirtualização da arte na qual a materialidade do digital perde seu caráter acontecimental na medida mesma em que este acontecimento na ordem do discurso se esfacela na memória da produção artística em si, que circula, no social, pelas demandas contemporâneas, como

uma política de acesso às produções expostas no museu agora, em rede.

É corrente, no campo das Ciências linguísticas, que a escrita tenha sido uma das primeiras tecnologias da linguagem, dado que ela, como uma prática discursiva por excelência, modifica a relação entre o homem e o mundo, na medida em que singulariza o processo no qual o simbólico é acessado pelo sujeito no processo de situar a produção da realidade na impossibilidade tácita desse ato. É justamente por isso que acredito ser primordial destacar que o processo de reprodução dos textos e de sua circulação tenha sido um dos maiores contingentes das inovações tecnológicas nas e das práticas de leitura.

FECHAR ABAS PARA ABRIR NOVAS JANELAS

Sob tal conjuntura, a possibilidade da reprodução de diferentes materialidades, o que implica em uma mudança do *status material*, é a condição de existência dos objetos de leitura no espaço virtual. Ultrapassar os limites de uma biblioteca, no caso do texto escrito, ou de um museu, no caso do objeto artístico, é a condição de possibilidade da passagem do texto de seu nível privado (ainda que esses dois lugares de guarda atendam ao nível público) para o acesso livre das amarras do tempo e do espaço. Essa passagem, tão almejada pelo homem nos mais distintos níveis, é a possibilidade de que, nas ciências da linguagem, no tratamento das práticas de leitura, seja possível compreender o funcionamento da inovação tecnológica, na engrenagem da memória que a determina (DIAS, 2011), sob a possibilidade das condições sociohistóricas que possibilitaram sua emergência na ordem do discurso.

Nas rupturas e regime das regularidades histórias que constituem a atualidade dos acontecimentos a que me detive, ao tratar das práticas

de leitura, pergunto, inspirado em Manguel (2009, p. 21): “qualquer imagem pode ser lida?” ou, mais precisamente, “qualquer imagem admite tradução em uma linguagem compreensível, revelando ao espectador aquilo que podemos chamar de Narrativa da imagem, com N maiúsculo?” A resposta inicial é “sim, é possível ler imagens” (TASSO, 2013). Discursivamente, essa tarefa, para além de atender a demanda da fruição estética a que geralmente é submetida, está implicada na prática analítica que permite aos “leitores de imagens” desvendarem o funcionamento dessa materialidade à medida que se busque nela, não o seu caráter narrativo, uma sua “voz insidiosa”, mas a própria condição histórica que significa em sua materialidade, as condições de possibilidade de um dado discurso ter plasmado sua materialidade em significantes visuais, num dado momento da história. Portanto, trata-se de aguçar o olhar para ler a imagem e(m) discurso.

Ao tratar das novas tecnologias sob o estatuto do acontecimento, busquei constituir uma modalidade de análise discursiva, de concepção histórica e filosófica que explicitasse rupturas e regularidades na atualidade das práticas de leitura. O procedimento foi necessário, uma vez que, no campo dessas práticas, delinearam-se as implicações de se pensar a história do presente a partir das maneiras de ver nas sociedades democráticas, pontuando a relação das novas tecnologias como a condição de emergência da materialização dos discursos, na contemporaneidade, sob modalidades enunciativas diversas. No que tange ao museu *Casa de Portinari*, essa condição de existência outra, que não a do logradouro situado à cidade de Brodowski, em São Paulo, é condição para seguir questionando, sob os pressupostos dos estudos discursivos foucaultianos: por que este museu e não outro em seu lugar?

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Jefferson Gustavo dos Santos. *A imagem em discurso digital: heterotopia dos regimes de ver e de dizer a arte no espaço virtual*. 2014. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.
- CARDOSO JR., Hélio Rebello. Acontecimento e história: pensamento de Deleuze e problemas epistemológicos das Ciências Humanas. *Trans/Form/Ação*, São Paulo, n. 28, v. 2, p. 105-116, 2005. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/transformacao/article/view/896>. Acesso em: 19 mar. 2013.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger. Introdução. In.: _____. (Orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. Trad. de Fulvia M. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. vol. 1. São Paulo: Ática, 1998, p. 5-40. (Coleção Múltiplas Escritas).
- CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. Trad. de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. Estudos avançados, São Paulo, v. 11, n. 5, p. 173-190, 1991.
- CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. Trad. de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. 1. reimpr. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora da UNESP, 2009. (Coleção Prismas).
- DIAS, Cristiane. Espaço, tecnologia e informação: uma leitura da cidade. In.: RODRIGUES, Eduardo Alves; SANTOS, Gabriel Leopoldino dos; CASTELLO BRANCO, Luiza Katia Andrade. (Orgs.). *Análise de Discurso no Brasil: pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi*. Campinas-SP: RG, 2011, p. 259-272.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. (Coleção Campo Teórico).
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. de Salma Tannus Muchail. 8. ed. 2. tir. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos).
- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da clínica*. Trad. de Roberto Machado. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.
- FOUCAULT, Michel. Retornar à História. In.: FOUCAULT, Michel. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005, p. 282-295. (Coleção Ditos e Escritos, vol. II).
- GALLO, Solange Leda. Contradições na divulgação do conhecimento científico e cultural. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 11, n. 3, p. 665-688, set./dez. 2011.
- HAROCHE, Claudine. *A condição Sensível: formas e maneiras de ver no Ocidente*. Trad. de Jacy Alves de Seixas e Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.
- LAGAZZI, Suzy. O recorte significante da memória. In.: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERRERIRA, Maria Cristina; MITTMANN, Solange. (Orgs.). *O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras*. 1. ed. São Carlos-SP: Claraluz, 2009, p. 65-78. (E-book).
- LEMONS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. Trad. de Carlos Irineu da Costa. 3. ed. 1. reimpr. São Paulo: 34, 2011
- MACHADO, Roberto. Uma arqueologia do olhar. In. MACHADO, Roberto. *Foucault, a ciência e o saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 87-109.
- MAFFESOLI, Michel. Mediações simbólicas: a imagem como vínculo social. Trad.

de Juremir Machado da Silva. In.: MARTINS, Francisco Menezes; SILVA, Juremir Machado da (Orgs.). *Para navegar no século XXI: tecnologias do imaginário e cibercultura*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina/EDIPUCRS, 2003, p. 37-48.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens: uma história de amor e ódio*. Trad. de Rubens Figueiredo, Rosaura Eichemberg e Cláudia Strauch. 5. reimpr. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In.: ACHARD, Pierre. et al. *Papel da memória*. Trad. de José Horta Nunes. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2007, p. 49-57.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas-SP: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. Leitura e memória: projeto de pesquisa. In.: PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. 2. ed. Campinas-SP: Pontes, 2011, 141-150.

SCHAFF, Adam *A sociedade informática: as consequências sociais da Segunda revolução Industrial*. Trad. de Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. 8. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2001.

TASSO, Ismara. Olhares e dizeres da mídia sobre corpos em vigília: a fotografia-documento e o inventário do real. In.: LAGAZZI, Suzy; ROMUALDO, Edson Carlos; TASSO, Ismara (Orgs.). *Estudos do texto e do discurso: o discurso em contrapontos: Foucault, Maingueneau, Pêcheux*. São Carlos: Pedro e João, 2013, p. 41-64.

Submissão: 30 de junho de 2019.

Aceite: 22 de julho de 2019.